



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640137 - SP (2021/0013295-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DEIVID BRUDER RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEIVID BRUDER RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0006624-89.2020.8.26.0026).

O paciente foi condenado e encontra-se em cumprimento de pena.

A impetrante sustenta que o cálculo de penas comporta retificação, pois estabelece que o paciente precisaria cumprir 3/5 (três quintos) ou (60% - sessenta por cento) de sua pena para progressão de regime por ser reincidente e ter praticado crime assemelhado a hediondo, quando, na verdade, deveria ter estabelecido a fração de 2/5 (dois quintos) ou (40% - quarenta por cento), pois o paciente não seria reincidente em crime hediondo ou equiparado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de ordem para que seja cassado o acórdão do Tribunal de origem e determinado o refazimento do cálculo para que conste a previsão de progressão de regime a partir do cumprimento de 2/5 (ou 40%) da pena referente ao crime hediondo ou equiparado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 639814/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência